

# Cadernos Jurídicos

Ano 22 - Número 60 - Outubro/Dezembro de 2021

## História e Memória



Escola Paulista da Magistratura  
São Paulo, 2021

# O periodismo do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no século XIX

**Christopher Alexander Roisin<sup>1</sup>**  
Juiz de Direito no Estado de São Paulo

## Introdução

Este breve artigo pretende trazer luz a uma revista pouco conhecida, publicada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo ainda no século XIX, que teve vida curta, a saber: a *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*.

O periodismo jurídico brasileiro no século XIX é fonte de pesquisa farta<sup>2</sup>, não apenas para a história das ideias jurídicas brasileiras ou importadas pelo Brasil, mas também como fonte de pesquisa legislativa, filológica, de costumes e mesmo das personagens que compuseram as Cortes de Justiça no Brasil e das que tiveram suas lides julgadas pelos juízes e tribunais brasileiros.

Houve várias revistas jurídicas brasileiras nos oitocentos, como *O Direito - Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência*, editada inicialmente por João José do Monte Júnior e publicada entre 1873 e 1913; a *Gazeta jurídica: Revista mensal de doutrina, jurisprudência e legislação*, editada inicialmente por Carlos Frederico Perdigão Malheiros e publicada entre 1873 e 1887; a *Revista de Jurisprudência do Instituto dos Advogados de São Paulo*, inicialmente editada por João Pereira Monteiro (Senador), Paulo Egydio de Oliveira Carvalho e Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho (Deputados de São Paulo), publicada a partir de 1892; a *Gazeta jurídica: Revista mensal de legislação, doutrina e jurisprudência do estado de S. Paulo*, editada inicialmente por Manuel Augusto de Alvarenga, com publicação entre 1893 e 1913; a *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, publicada entre os anos de 1893 e 1934, passando a se chamar *Revista de Direito da Universidade de São Paulo*, publicada até os dias atuais; a *Revista de jurisprudência (doutrina, legislação e jurisprudência da União, Estados e Distrito Federal)*, editada por Raja Gabaglia, publicada entre 1897 a 1903<sup>3</sup>.

Entre esses repositórios, destaca-se aquele objeto deste brevíssimo estudo, a *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, cujo primeiro volume veio ao público em julho de 1895, sendo dividido em quatro fascículos, cada qual com o seu índice próprio ao final, editado pela Typographia da Papelaria Guarany de Maciel & Cia<sup>4</sup>, que publicou todos os números, com exceção do índice avulso.

<sup>1</sup> Mestre e Doutorando pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (FDUSP).

<sup>2</sup> RAMOS, H. C. M. B. Henrique César Monteiro Barahona. O periodismo jurídico brasileiro do século XIX. *Passagens - Revista internacional de história política e cultura jurídica*, v. 2, n. 3, p. 54-97, jan. 2010.

<sup>3</sup> Para uma lista completa, cf. FORMIGA, A. S. C. *Periodismo jurídico no Brasil do século XIX*: História do direito em jornais e revistas. Curitiba: Juruá, 2010.

<sup>4</sup> A tipografia ficava localizada na Rua Boa Vista, nº 30, na Capital de São Paulo. Cf. sobre a Rua Boa Vista: PORTO, A. R. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996, p. 32-33.

A importância da revista revela-se desde logo, por ter sido a primeira iniciativa do Tribunal Bandeirante em publicar um periódico próprio<sup>5</sup>, ainda nos primeiros 21 anos de sua existência, considerando a sua fundação aos 3 de fevereiro de 1874<sup>6</sup>, criado pelo Decreto nº 2.342, de 06 de agosto de 1873<sup>7</sup>, ou após apenas quatro anos de sua instalação como Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo<sup>8</sup>.

A *Revista* era coordenada pelo Ministro<sup>9</sup> José Machado Pinheiro Lima<sup>10</sup>, Ministro do Tribunal, que era composto por nove integrantes, quais sejam: Carlos Augusto de Souza Lima<sup>11</sup> (Presidente), Frederico Dabney d'Avellar Brotéro<sup>12</sup>, José Xavier de Toledo<sup>13</sup>, Ignácio

<sup>5</sup> A. S. C. Formiga afirma que a *Revista* “enquadra-se como um apublicação jurisprudencial, editada pela livre iniciativa empresarial<sup>558</sup>.” A nota 658 indicada contém: “O periódico não era o órgão oficial do TJ paulista.” (*Periodismo jurídico no Brasil do século XIX: História do direito em jornais e revistas*. Curitiba: Juruá, 2010, p. 176).

<sup>6</sup> Nesta época o Tribunal se chamava Tribunal da Relação de São Paulo e Paraná e seu endereço era a Rua da Boa Vista, nº 20 (CALÇAS, M. Q. P. (coord.). *Tribunal de Justiça de São Paulo - 145 anos: A história da justiça bandeirante*. São Paulo: IMESP, 2019, p. 27, p. 50-51).

Sua designação passou a Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo com a República, após a vigência da Constituição Política do Estado de São Paulo de 14 de julho de 1891, e seu endereço passou, em 1884, a ser a Rua José Bonifácio, nº 27 (TORRES, F. *Tribunal de justiça do São Paulo: Páginas de sua história centenária*. São Paulo: RT, 1979, p. 22).

Ainda sobre o Tribunal neste período: OLIVEIRA, J. G. 100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 79-85.

Cf. sobre a Rua Boa Vista: PORTO, A. R. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996, p. 105-106.

<sup>7</sup> “Art. 1º Ficam creadas mais sete Relações no Imperio. §1º As Relações existentes e as novamente creadas terão por districtos os territorios seguintes: [...] 7º De S. Paulo e Paraná, com séde na cidade de S. Paulo.”

<sup>8</sup> Instalado aos 8 de dezembro de 1891, por determinação do Decreto nº 2, de 1º de dezembro de 1891: “Artigo 1.º - O Tribunal de Justiça será Installado dia 8 do corrente, pela fórma determinada no Regulamento mandado observar pelo Decreto n.1 de 30 de Novembro ultimo, e compor-se-á dos nove Juizes nomeados por acto de 24 do dito mez, ficando sujeita a nomeação unicamente á aprovação do Senado, nos termos do art.36 § 8.º da Constituição do Estado.”

<sup>9</sup> Pronome de tratamento utilizado pela primeira lei de organização judiciária do Estado de São Paulo, a Lei nº 18, de 21 de novembro de 1891, em seu art. 6º: “§6.º - Enquanto a necessidade não exigir augmento de numero, no Tribunal de Justiça haverá 9 juizes com o titulo de Ministro do Tribunal de Justiça.”

<sup>10</sup> Que exerceu a presidência da Corte entre 19/12/1903 e 19/12/1904 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 48-49). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo, [s.n.], 1975, p. 154.

<sup>11</sup> Nomeado Ministro do Tribunal em 1892, ascendeu à presidência com 46 anos aos 13/09/1892, deixando o cargo após reeleições ao 01/03/1897, quando renunciou ao cargo após uma reunião com o Chefe do Executivo. Cf. sobre esta personagem: TORRES, F. *Tribunal de justiça do São Paulo: Páginas de sua história centenária*, São Paulo, RT, 1979, pp. 23-24; e NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 36-37. Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 151.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 36-39.

<sup>12</sup> Nomeado ao Tribunal da Relação São Paulo Paraná em 1890, ascendeu à presidência da Corte na República aos 03/03/1897 a 03/01/1900 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 38-39). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 151.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 39-40 e 46

<sup>13</sup> Nomeado Ministro do Tribunal aos 08/09/1892, tendo ascendido à presidência da Corte aos 03/01/1900 a 03/01/1901, exercendo o mesmo cargo de 18/12/1905 a 1º/06/1907; 09/05/1908 a 19/12/1908; e 26/12/1908 a 16/12/1908 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 40-41). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 152 e 155.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 40-41.

José de Oliveira Arruda<sup>14</sup>, Joaquim Augusto Ferreira Alves<sup>15</sup>, Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro<sup>16</sup>, Cannuto José Saraiva<sup>17</sup>, José Machado Pinheiro Lima<sup>18</sup> e José Rollim de Oliveira Ayres<sup>19</sup>. Dos nove, dois tornaram-se Ministros do Supremo Tribunal Federal, Oliveira Ribeiro e Canuto Saraiva<sup>20</sup>. Era Procurador Geral do Estado, Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva.

Com essas considerações, passa-se à análise da *Revista* e de cada um dos volumes publicados.

## 1. A Revista

A apresentação do primeiro volume revela o seu propósito: “construir repositório completo da jurisprudência do Tribunal de Justiça de S. Paulo, para o fim de dexa-la ao fácil alcance de todos, com especialidade do pessoal forense”<sup>21</sup>.

O desejo da publicação era ser publicidade às decisões da Corte, tanto que afirma expressamente que conviveria pacificamente com a *Gazeta jurídica do Estado de São Paulo*<sup>22</sup>, que não seria prejudicada pela nova publicação, na medida em que conteria apenas decisões, mas não leis, razões e dissertações:

<sup>14</sup> Nomeado Ministro do Tribunal aos 1891, teve sua nomeação anulada e foi novamente nomeado em 1892. Exerceu a presidência da Corte de 03/01/1901 a 18/01/1902 e 19/12/1908 a 26/12/1908 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes*: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 42-43). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 152.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 41-43.

<sup>15</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1892 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>16</sup> Nomeado Ministro do Tribunal aos 1892. Exerceu a presidência da Corte de 18/01/1902 a 18/12/1902. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal aos 05/10/1903 e Procurador-Geral da República de 10/1905 a 12/1909 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes*: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 44-45). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 153.

Sobre sua ida ao Supremo Tribunal Federal: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 117-118.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 43-44.

<sup>17</sup> Nomeado Ministro do Tribunal aos 1892. Exerceu a presidência da Corte de 18/12/1902 a 19/12/1903 e 01/06/1907 a 09/05/1908. Foi nomeado Ministro do Supremo Tribunal Federal em 1908 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes*: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 46-47). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 153.

Sobre sua ida ao Supremo Tribunal Federal: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 118.

Para sua biografia: AZEVEDO, M. U. O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973). São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974, p. 44-45.

<sup>18</sup> Nomeado Ministro do Tribunal em 1892. Exerceu a presidência da Corte de 19/12/1903 a 19/12/1904 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes*: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 46-47). Cf. ainda: OLIVEIRA, J. G. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975, p. 154.

<sup>19</sup> Nomeado Ministro do Tribunal em 1893 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>20</sup> Sobre o tema: TORRES, F. *Tribunal de justiça do São Paulo*: Páginas de sua história centenária. São Paulo: RT, 1979, p. 24-26.

<sup>21</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 5.

<sup>22</sup> Que já publicava suas decisões, revelando a operosidade do Tribunal e a ilustração dos seus membros desde o primeiro volume de 1893 (TORRES, F. *Tribunal de justiça do São Paulo*: Páginas de sua história centenária. São Paulo: RT, 1979, p. 26-27).

*Afim de não prejudicar outra publicação congênere, que tem prestado e pôde continuar a prestar bons serviços, a Revista não inserirá em suas colmnas (sic) as leis e decisões, nem razões e dissertações*<sup>23</sup>.

A *Revista* teve curta duração, com alguns fascículos cada, entre julho de 1895 até dezembro de 1898, quando foi descontinuada e substituída pela revista *S. Paulo Judiciario, Revista do Tribunal de Justiça - Doutrina e jurisprudencia*, dirigida pelo próprio José Machado Pinheiro Lima. O primeiro volume foi publicado em 1903 e o último (o volume 36), em 1914<sup>24</sup>.

Além dos nove volumes, publicou-se ainda um índice geral de todos os volumes publicados: *Índice geral da revista mensal*, em São Paulo, pela Typographia Espindola, Siqueira & Cia.<sup>25</sup>, em 1903, contendo 74 páginas.

## 2. O conteúdo dos volumes

Em seguida serão analisados um a um os volumes publicados e os seus conteúdos, com o fim de abrir as portas desse periódico para outros pesquisadores que por ele se interessem, sabendo de antemão o que contém em linhas gerais.

### 2.1. 1º Volume - 1895

O primeiro volume possui 495 páginas. Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Julho (pp. 1-114); nº 2 (pp. 115-183), nº 3 Setembro (pp. 184-335) e nº 4 (pp. 336-495). Os fascículos nº 2 e nº 4 não indicam os meses em que foram publicados. Ao final de cada fascículo há um índice do próprio fascículo, sem numeração ou com numeração separada em algarismos romanos.

Nele é possível encontrar, por exemplo, um *habeas corpus*, sem número, julgado na sessão ordinária de 21 de junho de 1895, cujo impetrante foi o Doutor Juvenal Francisco Parada<sup>26</sup>, e um caso em que a parte apelante foi o Coronel Ignácio Gabriel Monteiro de Barros<sup>27</sup>.

Nas decisões publicadas, localizam-se citações das leis vigentes à época dos julgamentos (como as Ordenações do Reino de Portugal) e citações de doutrinadores que escreviam naquela época<sup>28</sup> e se tornariam referências utilizadas até hoje.

<sup>23</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 6.

<sup>24</sup> Este periódico não será tratado, por fugir ao escopo do artigo. Consigne apenas que afirma expressamente ser sucessor da *Revista*, indicando que seu escopo era o mesmo do dela, porém “modelada pelas congêneres modernas” (p. 3). Ele se teria tornado “magnífico repertório de indispensável leitura a quem procura acompanhar a formação e desenvolvimento da jurisprudência e das letras jurídicas de São Paulo” (FARIA, J. C. *Juízes do meu tempo*. São Paulo: Martins, 1942, p. 120). F. Torres cita esta obra em seu livro, porém grafa erroneamente o nome do autor como César e não Cezar (*Tribunal de justiça do São Paulo*: Páginas de sua história centenária. São Paulo: RT, 1979, p. 28).

<sup>25</sup> Ficava localizada na Rua Direita, 10-A. Cf. sobre a Rua Direita: PORTO, A. R. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996, p. 61-64).

<sup>26</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.) *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 72.

<sup>27</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 89-90.

<sup>28</sup> Lafayette Rodrigues Pereira (p. 111); Antônio Joaquim Ribas (p. 113), Augusto Teixeira de Freitas (p. 113), Alberto Antonio de Moraes de Carvalho (p. 113), Manoel de Almeida e Sousa de Lobão (p. 102) etc.

O conteúdo dos processos pode ser trivial ou absolutamente interessante. Como uma tentativa de responsabilização criminal de um Juiz que excedeu o prazo para proferir sua decisão final<sup>29</sup>, quando havia mais de oitocentos feitos em curso perante a 1ª Vara da Capital, onde ele oficiava. Seu nome era João Thomaz de Mello Alves<sup>30</sup> e foi absolvido por defeito da denúncia.

Cada julgado transcrito indica a comarca de onde veio, a natureza da decisão (recurso de agravo, de apelação, conflito de competência, carta testemunhável, embargos remetidos etc.) e o nome das partes envolvidas, o que é mantido até o último volume publicado.

## 2.2. 2º Volume - 1895

O volume conta com 390 páginas. Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Novembro (pp. 1-117); nº 2 (pp. 118-211), nº 3 (pp. 242-294) e nº 4 (pp. 295-390). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Não há índices nos fascículos, mas folhas em branco entre eles.

Em que pese o desejo inicial da *Revista* de ser repositório de decisões do Tribunal sem espaço para dissertações, já no volume 2º ela é iniciada com um artigo intitulado *Contestação dos créditos hypothecarios*<sup>31</sup>, assinado por Manoel Duarte de Azevedo<sup>32</sup>, que abre a secção intitulada “Doutrina”, já no primeiro fascículo.

É seguido pela análise d’*O artigo 408 do Código Penal*<sup>33</sup>, de autoria de Brazílio Machado<sup>34</sup>, que “apezar de sua clareza [...] tem sido torturada pela mais estranha das apreciações”<sup>35</sup>.

Seguem-nos os pareceres: *Podem as sociedades anonyms, por deliberação da assembléia geral dos acionistas, reduzir o capital?*<sup>36</sup>, de João Monteiro<sup>37</sup>; *Contra quem se*

<sup>29</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 365.

<sup>30</sup> Foi Juiz da 1ª Vara da Capital, nomeado em 1892, e posteriormente, Ministro do Tribunal de Justiça de São Paulo (in *O arquivo ilustrado*, n. 40 (1903)), nomeado em 1903 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>31</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 3-16.

<sup>32</sup> A importância de Manoel Duarte de Azevedo para o Tribunal Paulista é enorme. Ele participou ativamente na criação do Tribunal da Relação na Capital de São Paulo (CALÇAS, M. Q. P. (Coord.). *Tribunal de Justiça de São Paulo - 145 anos: A história da justiça bandeirante*. São Paulo: IMESP, 2019, p. 28-29).

Foi ainda professor da Faculdade de Direito do Largo de São Francisco (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 64-65).

<sup>33</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 17-25.

<sup>34</sup> Neste texto consta a grafia como colocada na revista. Trata-se de Brasília Augusto Machado De Oliveira, primeiro presidente da Academia Paulista de Letras, que foi Secretário do Tribunal de Justiça da Relação São Paulo Paraná, nomeado em 1879. Foi chamado de “o maior dos oradores forenses que já teve o Brasil” por Batista Pereira (TORRES, F. *Discurso proferido pelo Desembargador Flavio Torres*. In: *Centenário do tribunal de justiça do Estado de São Paulo - 1874-1974*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1974, p. 42). Afastou-se do cargo para assumir o cargo de professor da Faculdade de Direito de São Paulo a partir de 1890 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 77-78).

<sup>35</sup> *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 17-25.

<sup>36</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 24-29.

<sup>37</sup> Cuida-se de João Pereira Monteiro, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, da qual foi diretor entre 1903 e 1904 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 21-23).

*deve intentar a acção de nullidade da organização de uma companhia. Efeitos da nullidade entre os acionistas e para com terceiros*<sup>38</sup>, de M. A. Duarte de Azevedo; *Usufructo e fidei comisso; interpretação de uma verba testamentaria. Grãos de substituição fideicomissaria*<sup>39</sup>, de M. A. Duarte de Azevedo.

Apenas então as decisões são apresentadas, agora com ementas, como as utilizadas até hoje pela Corte<sup>40</sup>.

Há inclusive decisão sobre o Regimento de Custas, de lavra do Presidente do Tribunal.

Nos fascículos seguintes há mais doutrina antes das decisões: *Estudo critico-analytico de algumas disposições do Dec. N. 720 de 5 de setembro de 1890*<sup>41</sup>, de autoria de José Manoel de Azevedo Marques<sup>42</sup>, *A prescrição da acção penal*<sup>43</sup>, de autoria de Negreiro Steidel, *Do processo executivo para a cobrança de honorarios medicos*<sup>44</sup>, de autoria de Pedro Lessa<sup>45</sup>.

### 2.3. 3º Volume - 1896

Este volume segue o padrão do anterior e contém 320 páginas, exceto pela ausência de índices. Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Março (pp. 1-87); nº 2 (pp. 89-168), nº 3 (pp. 169-240) e nº 4 (pp. 341-320). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Neste volume, ao final, apresenta-se índice completo, com 35 páginas, mas há um índice no final do fascículo nº 2.

O primeiro texto apresentado é doutrinário: *Resolução do contrato de locação. Mora e sua purgação. Logar do pagamento da renda ou aluguel*<sup>46</sup>, escrito por Aureliano de Sousa e Oliveira Coutinho<sup>47</sup> (cita doutrina estrangeira em francês, italiano e latim).

Em seguida são publicadas as decisões da Corte, sem apresentação de índice.

<sup>38</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 29-30.

<sup>39</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 31.

<sup>40</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 293-284.

<sup>41</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 118-137 e 212-229.

<sup>42</sup> Também professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nomeado em 1913 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 112-113).

<sup>43</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 295-302.

<sup>44</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 2. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895, p. 303-310.

<sup>45</sup> Trata-se de Pedro Augusto Carneiro Lessa, professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nomeado em 1888 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 81-82) e Ministro do Supremo Tribunal Federal, nomeado aos 26/10/1907.

<sup>46</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 3-19.

<sup>47</sup> Foi o Visconde de Sepetiba. Atuou como juiz de fora e juiz de órfãos (BENTIVOGLIO, J. Palacianos e aulicismo no segundo reinado - A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, v. 17, n. 23, 2010, p. 213) e como professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nomeado em 1891 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 89-90).

Ato contínuo, novo texto doutrinário de Brazilio Machado, *A dívida na detenção pessoal*<sup>48</sup> e novas decisões, seguidas do índice do segundo fascículo.

O próximo texto doutrinário é, na verdade, uma peça processual relativa a um julgado do Tribunal Paulista (apelação nº 808, da capital, tendo como apelante José Rodrigues Botelho e como apelado Domingos José da Costa), intitulada *Ao autor de bemfeitorias uteis, feitas bona fide em sólo hypothecado, cabe acção de indemnização contra o credor hypothecario em cuja vantagem verte a despeza*<sup>49</sup>, e publicada como doutrina, de autoria de Alfredo Moreira de Barros Oliveira Lima<sup>50</sup>.

Após as decisões que seguem ao texto, nova doutrina é apresentada: *Doações inofficiosas*<sup>51</sup>, de autoria de M. A. Duarte de Azevedo, seguida de mais decisões e de verdadeira consulta sobre a questão religiosa: *Associações religiosas - Inscricções - Lei n. 173 de 10 de outubro de 1893*<sup>52</sup>, de lavra de J. T. M. Alves, que cita C. F. Perdigão Malheiros, em texto deste publicado na *Gazeta* que comandava.

#### 2.4. 4º Volume - 1896

Este volume segue o padrão do anterior, contendo 322 páginas. Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Julho (pp. 1-80); nº 2 (pp. 81-159), nº 3 (pp. 160-322). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Não há índices nos fascículos, mas folhas em branco entre eles. Não é possível identificar com precisão se há um quarto fascículo, mas pelo padrão de publicação e número de páginas não existe.

Neste volume, a doutrina indica o tema que será tratado (e.g. Direito Civil) e aparecem pareceres no corpo do texto, com a indicação de *consultas*.

O primeiro texto apresentado é doutrinário, como de costume desde o volume 2º: *Quem deve responder pela perda de valores remetidos por via posta? O remetente ou o destinatario?*<sup>53</sup>, de autoria de A. S. O. Coutinho (que segue citando doutrina estrangeira em francês e italiano).

As decisões que seguem contêm citação de autores consagrados como Robert Joseph Pothier, citado no original, pelo Acórdão da apelação nº 652<sup>54</sup>, entre outros.

<sup>48</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 89-95.

<sup>49</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 169-177.

<sup>50</sup> Foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, nomeado em 1894 (FERREIRA, W. M. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 94, 171-173).

<sup>51</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 241-246.

<sup>52</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 3. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 318-320.

<sup>53</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 3-11.

<sup>54</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 3-11.

Há artigo agora com o título “Direito Civil”, de autoria de P. A. C. Lessa, intitulado: *É transmissível causa-mortis a spes debitum iri do fideicommissario nas substituições condiconaes?*<sup>55</sup>, com indicação de leitura de teto do mesmo autor na revista *O Direito*.

Seguem-se as respostas às consultas: *O divórcio, por mutuo consentimento extingue as doações causa mortis entre os conjugues?*<sup>56</sup>; e *Posse precaria. Acção do concedente, e sua prescrição. Indemnização das bemfeitorias do precarista*<sup>57</sup>, ambas de lavra de M. A. Duarte de Azevedo.

Há doutrina sobre direito estrangeiro, intitulada: *Os solictors na Inglaterra (Notícia extrahida de Franqueville) - I. Origem dos solictors. II. A “law Society”. III. Condições de admissão. IV. Papel dos solictors. V. Disciplina da profissão*<sup>58</sup>, porém sem indicação precisa da autoria e da obra. Cuida-se de notícia extraída da obra de Amable Charles Franqueville<sup>59</sup>.

Não consta o nome da tradução do texto, o que será repetido em todos os textos estrangeiros traduzidos ao longo dos próximos volumes.

E segue peça processual intitulada *É supprível e (sic) nullidade proveniente da falta de citação da mulher casada quando o marido foi citado*<sup>60</sup>, de autoria de A. S. O. Coutinho. Cuida-se de apelação entre o Conde<sup>61</sup> e a Condessa<sup>62</sup> do Pinhal contra Antonio Fernando Ribeiro. Nela são citadas leis e outras de autores consagrados, como A. Teixeira de Freitas, Manoel Borges Carneiro, Antonio Pimenta Bueno entre outros cujos nomes precisam ser investigados para que se possa saber com correição a obra citada (e.g. Moraes, De execut. L. 6 cap. 4º n. 35<sup>63</sup>).

Há outra peça processual do mesmo advogado intitulada: *Penhor agrícola - Os fructos pendentes podem ser dados em penhor independente de consentimento do credor hypothecario quando não estiverem expressamente compreendidos na escriptura de hypotheca*<sup>64</sup>.

Ato contínuo há sequência de pareceres sobre o seguinte tema: *Compra e venda mercantil. Tradição symbolica - Mercadorias a bordo - Endosso em conhecimento - Intelligencia do art. 199 e 587 do Cod. Com.* O primeiro é de Ruy Barboza, nominado

<sup>55</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 81-87.

<sup>56</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 88-89.

<sup>57</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 89-91.

<sup>58</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4., São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 160-180.

<sup>59</sup> Precisamente da seguinte obra: *Le système judiciaire de la Grande Bretagne - Organisation judiciaire*. Paris: J. Rothschild, 1893. v. 1, p. 457-488.

<sup>60</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 181.

<sup>61</sup> Antonio Carlos de Arruda Botelho, que exerceu o cargo de Juiz Municipal em Araraquara em 1857.

<sup>62</sup> Anna Carolina de Mello Francisca Teodora Coelho.

<sup>63</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 184.

<sup>64</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 189-.

general<sup>65</sup>; o segundo, de Teodoro Machado Freire Pereira da Silva<sup>66</sup>; o terceiro, de Antônio Ferreira Vianna<sup>67</sup>; o quarto é de Lafayette Rodrigues Pereira<sup>68</sup>; o quinto e último é de José da Silva Costa<sup>69</sup>.

Segue parecer de C. A. Souza Lima, intitulado *Licença a menor casada para a hypotheca de immoveis. Intelligencia da Ord. L. 1 Tit. 88 § 28 e L. 3 Tit. 41 § 2º. Lei de 28 de setembro de 1828 art. 2º § 4º*<sup>70</sup>, seguido de parecer sobre o mesmo tema de João Antonio de Souza Ribeiro<sup>71</sup>.

Mais um parecer é apresentado, de autoria de A. S. P. Coutinho, chamado: *Casamento entre italianos - Italia - Naturalização do marido - Aquisição e venda de immoveis sem outorga da mulher - Successão - Inventario*<sup>72</sup>.

Seguem decisões, inclusive sobre suspensão de Advogado<sup>73</sup>, longa decisão acerca de divisão de terras<sup>74</sup>, com citação de vasta doutrina estrangeira, e decisão sobre a diferença entre o casamento na monarquia e na república<sup>75</sup>.

Há o julgamento com três acórdãos seguidos, na apelação nº 261, da Comarca de São Pedro, dos quais o último mantém o anterior por seus próprios fundamentos:

*Accordam em Tribunal, vistos, relatados e discutidos estes autos, entre as partes - embargantes Antonio Morato de Carvalho e outros, e embargados Dr. Augusto Cezade Mattos e outros, regeitar os embargos para confirmar o accordam embargado, cujos fundamentos não foram destruídos pelos emabrgantes.*<sup>76</sup>

<sup>65</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 195-203.

<sup>66</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 203-204.

<sup>67</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 204-205.  
O autor foi Ministro da Justiça entre 1888 e 1889.

<sup>68</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 206-207.  
O autor foi Ministro da Justiça entre 1878 e 1880, além de ter ocupado a Cadeira nº 23 da Academia Brasileira de Letras, sucessor de Joaquim Maria Machado de Assis e antecessor de Alfredo Gustavo Pujol.

<sup>69</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 207-208.

<sup>70</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 209-213.

<sup>71</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 213-215.  
O autor advogou com L. R. Pereira e J. S. Costa (Contribuição para um catálogo bibliográfico dos antigos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. 1ª parte, compreendendo os bacharéis formados de 1831 a 1864. Revista da Faculdade de Direito de São Paulo, v. 30, 1934, p. 367).

<sup>72</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 216-218.

<sup>73</sup> Agravo cível nº 1248, interposto por João Rodrigues de Oliveira China (LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 219-220).

<sup>74</sup> Apelação nº 194 (LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 227-234).

<sup>75</sup> Apelação nº 681 interposta pelo curador especial (LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 227-234).

<sup>76</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 253.

O volume termina com consulta acerca da compra e venda de uma fazenda de café *com pelo menos cem mil pés de café* e a falta de 10.346 pés, em que se pergunta se o comprador tem ação contra o vendedor, se a venda é *ad corpus* ou *per aversionem* e se o comprador tem direito à ação *quanti minoris*, seguida da apresentação de resposta por J. A. S. Ribeiro, Lafayette Roiz Pereira, J. S. Costa, M. A. Duarte de Azevedo e R. Barbosa<sup>77</sup>.

## 2.5. 5º Volume - 1897

O número de páginas é 640. Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Janeiro (pp. 1-252); e nº 2 (pp. 246-640, o número de páginas iniciais se repete, mas os conteúdos são diversos). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Não há índices nos fascículos.

O material das folhas é alterado para papel de maior qualidade, retornando ao anterior no último fascículo. Como no primeiro volume, apresentam-se os Ministros do Tribunal: Carlos Augusto de Souza Lima (Presidente), Frederico Dabney d'Avellar Brotéro, José Xavier de Toledo, Ignácio José de Oliveira Arruda, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, Cannuto José Saraiva, José Machado Pinheiro Lima, Miguel de Godoy Moreira e Costa<sup>78</sup>, José Pedro Marcondes César<sup>79</sup>, Virgílio de Siqueira Cardoso<sup>80</sup> e Augusto do Couto Delgado<sup>81</sup>. Mantinha o Procurador Geral do Estado.

Diferentemente do que vinha ocorrendo com os volumes desde o volume 2º, o volume 5º não inicia o texto com doutrina, mas diretamente com decisões, entre elas o *habeas corpus* sem número que trata de crime político de defesa da monarquia e violação ao direito de reunião<sup>82</sup>.

Retorna-se ao estilo de apresentação dos julgados sem as ementas que foram introduzidas no volume 2º, retomando o que foi praticado no volume 1º.

Não há índices ou textos doutrinários em todo o volume.

Há *habeas corpus*<sup>83</sup> em que constam informações prestadas pelo Chefe de Polícia de São Simão, Doutor Francisco da Costa Carvalho, e do Juiz de Direito Antonio José da Costa e Silva, em relação ao paciente Bacharel Henrique Amancio de Souza Jordão<sup>84</sup>. O *habeas*

<sup>77</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 4. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1896, p. 305-322.

<sup>78</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1892 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>79</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1896 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>80</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1892 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>81</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1896 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*). Presidiu a Corte entre 19/12/1904 e 18/12/1905 (NALINI, J. R. (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes* - Tribunal de justiça do estado de São Paulo. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015, p. 50-51).

<sup>82</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 5. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1897, p. 54-63.

<sup>83</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 5. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1897, p. 506-541.

<sup>84</sup> Foi Deputado Estadual pelo Rio de Janeiro (GAZETA DE PETROPOLIS, nº 3, 29/06/1895). Ficou famoso pela defesa de *Dioguinho* (Diogo da Rocha Figueira).

*corpus* informa que o paciente era cúmplice<sup>85</sup> do celerado Diogo da Rocha Figueira<sup>86</sup>, tendo recebido correspondências dele e o ajudado materialmente, inclusive com asilo em sua casa por alguns dias.

## 2.6. 6º Volume - 1897

A melhoria no material das folhas é mantida. O número de páginas é de 376. Há três fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Junho e Julho (pp. 1-130); nº 2 Agosto (pp. 131-237, sabendo-se que mudou o fascículo porque o primeiro julgamento é da sessão ordinária de 02 de agosto de 1897), nº 3 Setembro (pp. 239-376, sendo o último julgamento da sessão de 29 de setembro de 1897). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Não há índices nos fascículos, apenas folhas em branco entre o segundo e o terceiro.

Não se nomeiam os integrantes da Corte, não há textos doutrinários, mas apenas decisões do Tribunal, sem as ementas introduzidas no 2º volume.

Muitas são interessantes, destacando-se apenas uma queixa formulada pela Tabelião José de Araújo Coutinho Júnior, 2º Tabelião de notas de Lençóis contra o Juiz da Comarca Doutor Leocadio Leopoldino da Fonseca e Silva<sup>87</sup>. Cuida-se de acusação de prevaricação (art. 207, §1º, CP/1890), cujo tipo era o seguinte: “1º Julgar, ou proceder, contra litteral disposição de lei;”. A queixa refere-se ainda aos tipos dos artigos 230<sup>88</sup> e 231<sup>89</sup> daquele Código.

## 2.7. 7º Volume - 1897

A melhoria no material das folhas é mantida. O número de páginas é de 301. Há três fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Outubro (pp. 1-156); nº 2: Novembro (pp. 157-227, sabendo-se que mudou o fascículo porque o primeiro julgamento é da sessão ordinária de 03 de novembro de 1897), nº 3: Dezembro (pp. 229-301). Os fascículos não indicam os meses em que foram publicados. Não há índices nos fascículos, apenas folhas em branco entre o segundo e o terceiro.

<sup>85</sup> “Art. 21. Serão cúmplices: [...] § 4º Os que derem asilo ou prestarem sua casa para reunião de assassinos e roubadores, conhecendo-os como taes e o fim para que se reúnem.” (Código Penal do República, Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890).

<sup>86</sup> Nascido em Botucatu, em 9 de outubro de 1863, falecido às Margens do Rio Mojiguacu, em 1º de maio de 1897, foi um famigerado criminoso a quem foram atribuídos mais cinquenta assassinatos praticados entre 1894 e 1897, morto aos 05/05/1897 e descrito como quem “tinha um desprezo absoluto pela vida do seu semelhante [...] transformado em instrumento mortífero, ao serviços de sentimentos inconfessáveis. [...] Era preciso eliminar do numero dos vivos uma determinada figura? Nada mais simples: chamava-se o *Dioguinho*; ajustava-se o preço do sacrifício e era confiar que d’ahi a dias essa figura deixava de pertencer ao numero dos vivos.” (GAZETA DE NOTÍCIAS, 6/05/1897).

Foi morto pelos homens que o caçavam, tendo sido alvejado pelo herói Tenente Coronel França Pinto.

Sobre o tema, Cf.: SCHNEIDER, M. Justiça e política na primeira república: história do tribunal de justiça de São Paulo. São Paulo: Singular, 2007; entre outros.

<sup>87</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 6. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1897, p. 121-122.

<sup>88</sup> “Art. 230. Exceder a prudente faculdade de reprehender, corrigir ou castigar, offendendo, ultrajando ou maltratando por obra, palavra, ou escripto, algum subalterno, dependente, ou qualquer outra pessoa, com quem tratar em razão do officio: Pena - de suspensão do emprego por um mez a um anno, além das mais em que incorrer pelo excesso ou injuria que praticar.”

<sup>89</sup> “Art. 231. Commetter qualquer violencia no exercicio das funcções do emprego, ou a pretexto de exercel-as: Penas - de perda do emprego, no grão maximo; de suspensão por tres annos, no médio, e por um anno no minimo, além das mais em que incorrer pela violencia.”

Neste volume igualmente não há doutrina ou índices. Não se nomeiam os integrantes do Tribunal, nem se apresentam as ementas.

Destaca-se a decisão do Recurso Eleitoral nº 85, proposta contra a junta apuradora<sup>90</sup>. Os recursos contra decisões em eleições municipais eram dirigidos ao Tribunal de Justiça<sup>91</sup>.

Neste volume, há recursos com a indicação das partes e o resultado, mas sem a revelação dos fundamentos da decisão<sup>92</sup>.

## 2.8. 8º Volume - 1898

Neste volume de 635 páginas, são indicados como coordenadores J. M. P. Lima, que esteve à frente de todos os volumes anteriores, e Soter de Faria<sup>93</sup>.

Há quatro fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Janeiro (pp. 1-96); nº 2 Fevereiro (pp. 95-197), nº 3 Março (pp. 197-313), nº 4: Abril (pp. 313-423), nº 5: Maio (pp. 423-535), nº 6: Junho (pp. 537-633). Os fascículos indicam os meses em que foram publicados. Há índices nos fascículos.

Retorna a indicação dos membros da Corte: Frederico Dabney d'Avellar Brotéro (Presidente), José Xavier de Toledo, Ignácio José de Oliveira Arruda, Joaquim Augusto Ferreira Alves, Pedro Antonio de Oliveira Ribeiro, Cannuto José Saraiva, José Machado Pinheiro Lima, Miguel de Godoy Moreira e Costa, José Pedro Marcondes César, Virgílio de Siqueira Cardoso, Augusto do Couto Delgado e José Custódio da Cunha Canto<sup>94</sup>. Mantinha o Procurador Geral do Estado.

A revista retorna ao modelo que teve no auge, iniciando com um artigo doutrinário: *Notas forenses - Do adjunto do juiz nas partilhas*<sup>95</sup>, de Hyppolito de Camargo<sup>96</sup>.

<sup>90</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 7. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 91-92. Consta na folha de rosto que a publicação saiu em 1898 e não em 1897, o que parece ser erro de tipografia.

<sup>91</sup> Lei do Estado de São Paulo nº 16, de 13 de novembro de 1891, que organizava os Municípios e dispunha: "Artigo 32. - Nas suas primeiras sessões as camaras municipais, sob a presidencia do mais velho dos vereadores eleitos, farão o reconhecimento dos seus membros, organizarão a sua mesa provisoria, decretarão o seu regimento intermo, no qual será regulada a forma do reconhecimento de seus membros, serão estabelecidas regras para a eleição do seu presidente e vice-presidente, determinada a ordem de seus trabalhos, o numero de suas sessões ordinarias e extraordinarias, e, em geral, o modo do exercicio de suas attribuições. § unico - O cidadão que se julgar prejudicado por não ter sido reconhecido vereador, poderá recorrer, no termo de dez dias, para o Tribunal de Justiça."

<sup>92</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 7. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 249.

<sup>93</sup> "Dr. Francisco Soter de Araujo Faria nasceu em 22 de abril de 1875 na cidade de Areias, Estado de São Paulo. Formou-se pela Faculdade de Direito do Largo São Francisco. Exerceu durante toda a vida a advocacia e prestou assistência gratuita aos necessitados. Escreveu livros jurídicos, além de artigos em jornais da Capital Paulista. Faleceu em 06 de outubro de 1948." (Dicionário de Ruas, [2021]).

<sup>94</sup> Foi nomeado para o cargo de Ministro do Tribunal de Justiça, em 1897 (*Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores*).

<sup>95</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 5-10.

<sup>96</sup> O autor publicou diversos livros, alguns editados pela prestigiosa Livraria Irmãos Teixeira, de José Joaquim Teixeira e Antonio Maria Teixeira, aberta em 1876 na Rua São Bento, 65 (PINA, P. S. A. *Uma história de Saltimbacos*: Os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo; entre 1876 e 1929, p. 37).

Há uma rua em São Paulo com o nome Hipólito de Camargo, mas não foi possível averiguar se se trata da mesma pessoa. No Dicionário de Ruas da Cidade de São Paulo, consta o seguinte: "Hipólito de Camargo nasceu na Capital Paulista no dia 30 de janeiro de 1846. Formou-se pela Faculdade de Direito de São Simão. Foi promotor público de Campinas e de São Paulo e juiz municipal de Jacaréí. Exerceu em 1878, o cargo de fiscal da Tesouraria da província e depois o de chefe de Polícia.

Novamente publica-se a tradução de uma obra com o título *Organização judiciária italiana (Extrahido de Manfredini e Mattiolo)*<sup>97</sup>, também sem indicação da obra original. A *Revista* indica que o seu desejo é revelar a organização judiciária de outros países, um por volume. No próximo volume seria apresentada a alemã.

Seguem-se as decisões variadas do Tribunal.

Antes do primeiro fascículo terminar, apresenta-se nota bibliográfica, com a indicação de livro de H. Camargo, *Questões de direito penal internacional*, e termina-se o com o índice que havia sido abandonado antes.

O segundo fascículo prossegue com *Notas forenses* de H. Camargo, agora com o seguinte título: *Do estrangeiro tutor do nacional*<sup>98</sup>.

Cumprindo a promessa do volume anterior, apresenta-se o *Código de organização judiciária para o Império da Alemanha, de 27 de janeiro de 1877*, de autoria de M. L. Dubarle e retirado do *Annuaire de législation étrangère*, de 1877, pp. 7 e ss<sup>99</sup>.

Em seguida são apresentadas decisões, encerrando-se com uma sessão chamada *Curiosidades forenses*, em que seriam publicados “documentes, verdadeiramente curiosos”. Sobre eles, afirma-se:

“Lamentamos que alguns srs. Juizes consintam, em autos sob sua jurisdição, a inserção de documentos do quilate dos dois que abaixo publicamos”<sup>100</sup>. Ambos referem-se à perícia, ao exame de corpo de delito sobre coisas.

Ao final apresenta-se o índice.

O terceiro fascículo inicia com a apresentação da *Organização judiciária da Inglaterra*, com notas de Alexandre Ribot, George Loius, Droz E Wheill, retirada do *Annuaire de législation étrangère*, de 1873, 1875 e 1876<sup>101</sup>.

Segue-se texto doutrinário: *Vistas ou comunicações de feitos*, de autoria de João Mendes Júnior<sup>102</sup>.

Seguem-se decisões até o índice do fascículo.

Retornando, mais tarde, à carreira judiciária, foi juiz de Direito em Piracicaba e Paraibuna, que deixou em virtude de ter sido novamente nomeado chefe de Polícia. Foi fundador do Asilo da Mendicidade. Era também poeta. Faleceu em 16 de março de 1905.” (Dicionário de Ruas, [2021]).

A grafia é diferente, mas o nome é incomum. O processo indicado na *Revista* foi julgado na Comarca da Capital, mas não consta no Dicionário que ele tenha judicado na Capital. Além disso, segundo outro sítio eletrônico, Hyppolite de Camargo teria nascido em 1850 e não em 1846 ([BUSCA...], [2021]).

<sup>97</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 11-16.

<sup>98</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 97-100.

<sup>99</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 101-107.

<sup>100</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 195-197.

<sup>101</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 199-221.

<sup>102</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 222-225.

O autor foi professor da Faculdade de Direito de São Paulo, da qual foi diretor entre 1912 e 1915 (FERREIRA, W. M. A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927. São Paulo: [s.n.], 1928, p. 25-27).

O próximo fascículo também começa com texto doutrinário: *Exame crítico dos principais motivos invocados para justificar a prescrição da ação pública e a da ação civil em materia criminal*<sup>103</sup>, de lavra de auto não indicado no início do texto, mas ao final: “Extrahiado de *Muteau-Prescription*”<sup>104</sup>.

O texto seguinte é *A logica no direito e a linguagem juridica*<sup>105</sup>, de lavra de auto não indicado no início do texto, mas ao final: “Extrahiado de *Cogliolo - Direito privado*”<sup>106</sup>.

Seguido por: *As inquirições de testemunhas e os escreventes juramentados*<sup>107</sup>, de J. Mendes Júnior.

Em seguida, apresenta-se outro texto doutrinário: *Processo - Não é contraria ás disposições do Regulamento n. 737 de 25 de Novembro de 1850 a reconvenção proposta depois do tempo assignado para a contestação, enquanto não ha sentença: a Ord. L. 3º tit. 33 §1º é integrante do citado Regulamento*<sup>108</sup>, de autoria de Francisco de Pennaforte Mendes de Almeida.

Ato contínuo, apresentam-se: *Pareceres sobre uma questão de fideicomisso*, de lavra de L. R. Pereira, F. Franco de Sá, Manoel da Silva Mafra, Ubaldino do Amaral, Eduardo Ramos, João Antonio Souza Ribeiro, José da Silva Costa, J. E. Sayão de Bulhões Carvalho<sup>109</sup>.

Inicia-se a sequência de decisões até o índice.

O quinto fascículo também contém doutrina: *A prescrição é de ordem publica? Deve ser pronunciada ‘ex-officio’ pelos tribunaes?*<sup>110</sup>, de C. Muteau.

Segue-se texto de G. A. Pugliese, *Et tratat in exemplum*<sup>111</sup>.

Os pareceres vêm em seguida, discutindo pacto antenupcial, com pareceres de Ferreira Vianna, Carlos de Carvalho, M. A. Duarte de Azevedo, J. A. S. Ribeiro<sup>112</sup>.

As decisões são apresentadas depois, antes do índice.

<sup>103</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 315-321.

<sup>104</sup> Cuida-se da obra de Charles Muteau, *Études de droit pénal: De la Prescription de l’action publique et de l’action civile en matière pénale, examen critique de la loi, de la doctrine et de la jurisprudence*. Paris: Chevalier-Marescq et Cie., 1895.

<sup>105</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 322-328.

<sup>106</sup> Cuida-se da obra de Pietro Cogliolo, *Saggi sopra l’evoluzione del diritto privato*. Torino: Fratelli Bocca, 1885, p. 74-85.

<sup>107</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 329-333.

<sup>108</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 334-339.

<sup>109</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 340-347.

<sup>110</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 425-438.

<sup>111</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 439-440.

<sup>112</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 441-445.

O sexto e último fascículo começa com o seguinte: *Pode revogar-se um testamento por uma escriptura publica?*<sup>113</sup>, de P. A. C. Lessa. Segue-se: *A jurisprudencia dos arestos*<sup>114</sup>, de J. Mendes Júnior; e *Responsabilidade do estado*<sup>115</sup>, de Manoel Clementino de Oliveira Escorel, seguido de pareceres sobre o tema, de R. Barbosa, José Hygino, Antonio Coelho Rodrigues<sup>116</sup><sup>117</sup>.

Em seguida, há o *Função do curador in litem*<sup>118</sup>, de José Mendes; *As “assises” na Inglaterra*<sup>119</sup>, de J. Mendes Júnior; *Propriedade da correspondência*<sup>120</sup>, de Agostino Ramella<sup>121</sup>; *Leis e sentenças*<sup>122</sup> e *Agentes de casamentos*<sup>123</sup>, ambos de G. Pugliese.

<sup>113</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 539-543.

<sup>114</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 544-560.

<sup>115</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 561-578.

<sup>116</sup> Filho de Manuel Rodrigues Coelho e Ana Joaquina de Sousa, Antônio Coelho Rodrigues nasceu em Oeiras, no Piauí, aos 4 de abril de 1846, e faleceu na ilha de São Vicente, em Cabo Verde, ao 1º de abril de 1912, quando regressava de uma viagem à Europa, realizada por motivos de saúde. Ingressou na Faculdade de Direito do Recife em 1862, formando-se em 1866. Nela foi professor substituto em 1871 e lente catedrático a partir de 1878. Foi fundador do jornal *O Piauí*, na cidade em que nasceu, órgão do Partido Conservador, tendo exercido várias funções políticas (deputado geral em dois mandatos, 1869-1872 e 1878-1886, senador pelo Piauí, 1893-1896, e prefeito do Distrito Federal em 1900-1903, cargo ao qual renunciou após ser duramente atacado pela imprensa por não ter realizado suas propostas, uma vez que herdou vários problemas econômicos, durante a Primeira República). No Senado foi membro da comissão de constituição e justiça e na Câmara integrou as comissões responsáveis pelas discussões de elaboração de um Código Civil para o Brasil. Disputou com Clóvis Bevilacqua a elaboração do projeto, na presidência de Campos Sales (1898-1902), e colaborou com o elaborador final do projeto. Traduziu as *Institutas do Imperador Justiniano* e as publicou em dois volumes (em 1879 e 1881), e escreveu ainda um livro de pareceres *Consultas jurídicas* (1873), um *Manual do súdito fiel ou Cartas de um lavrador a sua Majestade, o Imperador* (1884), no qual criticava o estado da lavoura e discutia a condição do servo, *A República na América Latina* (1905) e *A República na América do Sul* (1906). Foi um dos projetistas brasileiros de Código Civil, publicando o seu projeto em 1897, após as tentativas fracassadas de A. Teixeira de Freitas, J. T. Nabuco de Araújo Filho e J. Felício dos Santos.

Cf. Sobre este importante brasileiro e sua obra: LEITE NETO, L. (Coord.). *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros - 1826-1886: Projeto de biografias dos senadores do império e da república*. Brasília, DF: Senado Federal, 1986, v. 1; PORTELLA JÚNIOR, M. N. M. *Memoria historica relativa ao anno de 1891 apresentada á congregação da faculdade de direito do Recife em 1 de abril de 1892*. Revista academica da Faculdade de Direito do Recife, v. 2, p. 55-64, 1892; DELGADO, M. L. *Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2011; COSTA, N. N. Prefácio à 3ª edição. In: COELHO RODRIGUES, A. *A república na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos latino-americanos*. 3. ed., Brasília, DF: Senado Federal, 2016; COSTA FILHO, V. T. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. Revista de Informação Legislativa, v. 51, n. 203, 2014, p. 53-61; BRANDÃO, W. Antônio Coelho Rodrigues (Ensaio de biografia e crítica). In: COELHO RODRIGUES, A. *Projeto do Código Civil brasileiro*. Brasília, DF: Imprensa Nacional, 1980. (Coleção memória jurídica nacional, v. 2). E ainda, do próprio autor: COELHO RODRIGUES, A. *Projecto do Codigo Civil precedido da historia documentada do mesmo dos anteriores*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1897.

<sup>117</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 579-588.

<sup>118</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 589-590.

<sup>119</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 591-597.

<sup>120</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 598-611.

<sup>121</sup> *Trattato sulla corrispondenza in materia civile e commerciale*. Torino: Fratelli Bocca, 1896.

<sup>122</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 612-613.

<sup>123</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 615-626.

O fascículo segue com pareceres de L. R. Pereira, A. A. S. Ribeiro, B. Machado, Francisco Justino Gonçalves de Andrade e M. A. Duarte de Azevedo sobre procuração em causa própria<sup>124</sup>.

Ao final, constam dois julgados e o índice.

## 2.9. 9º Volume - 1898

O papel segue o mesmo dos anteriores melhorados, o número de páginas é de 410. Há seis fascículos publicados da seguinte forma: nº 1: Julho (pp. 1-94); nº 2 Agosto (pp. 93-199), nº 3 Setembro (pp. 197-383) e nºs 4-6 Outubro a Dezembro. Os coordenadores se mantêm os dois mesmos anteriores.

O volume se inicia com o seguinte texto: *A família e a propriedade no antigo direito romano*<sup>125</sup>, de autoria de P. Cogliolo<sup>126</sup>. E segue para outra tradução: *Usofructo*<sup>127</sup>, de Genty<sup>128</sup>.

Seguem-se decisões da Corte nos moldes da anterior, sem as ementas mais modernas, e termina o primeiro fascículo com o índice.

O segundo fascículo começa com texto de direito romano: *Citações do Digesto: modo de fazel-as*<sup>129</sup>, de Soter de Faria, ao qual se segue o *Patrio poder*<sup>130</sup>, de P. Cogliolo<sup>131</sup>.

Seguem-se pareceres sobre *Constituição de sociedade anonyma*<sup>132</sup>, de J. A. S. Ribeiro e sobre a *Filiação natural paterna*<sup>133</sup>, de A. Coelho Rodrigues.

Então inicia-se a publicação das decisões da Corte, das quais a última é outro processo de responsabilidade contra o Juiz Leocadio Leopoldino da Fonseca e Silva<sup>134</sup>, então na Comarca de Lençóis, o mesmo que teve outro processo mencionado no volume 6º. Não há detalhes dos autos, mas reconheceu-se que o Juiz agiu com imprudência, porém sem elemento subjetivo.

<sup>124</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 8. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 627-631.

<sup>125</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 3-7.

<sup>126</sup> Cuida-se da obra de Pietro Cogliolo, *Saggi sopra l'evoluzione del diritto privato*. Torino: Fratelli Bocca, 1885, p. 108-115.

<sup>127</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 8-10.

<sup>128</sup> Trata-se da obra de Genty, cujo nome completo não aparece na obra, mas que foi juiz junto ao tribunal civil de Mostaganem, na Argélia, então colônia da França. A obra mencionada na *Revista* é a seguinte: *Traité des droits d'usufruit, d'usage et d'habitation d'après le droit romain - Ouvrage dans lequel sont exposés les principes anciens sur la matière tels que les ont révélés les découvertes récentes, ainsi que les modifications qu'ils ont subies dans le Bas-Empire*. Paris: Auguste Durand, 1884, p. 6-9.

<sup>129</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 95-104.

<sup>130</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 105-107.

<sup>131</sup> Cuida-se da obra de Pietro Cogliolo, *Saggi sopra l'evoluzione del diritto privato*. Torino: Fratelli Bocca, 1885, p. 116-119.

<sup>132</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 108-109.

<sup>133</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 110-111.

<sup>134</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 199-202.

O fascículo 3 começa novamente com doutrina: *A pena nos últimos trabalhos de sociologia penal*<sup>135</sup>, de autoria de A. G. Pugliese<sup>136</sup>.

Seguem-se novas decisões, antes do índice final do fascículo, das quais destaca-se um processo contra menores, julgado pelo tribunal do júri, por furto de animais, com anulação do julgamento por preterição de formalidade legal (apelação criminal nº 1377, de Bebedouro<sup>137</sup>).

Há caso interessantíssimo sobre direito bancário, liquidação de ações etc. entre Abílio Vianna e “*Brazilianisch Bank fur Deutschland*”<sup>138</sup>, cuja sentença é transcrita integralmente, contendo citações do Codex, do Digesto, das Ordenações, de Assentos e doutrina inclusive estrangeira, como R. J. Pothier, tendo sido subscrita pelo Juiz Hyppolito de Camargo. Seu Acórdão resume-se ao seguinte:

*Accordam em Tribunal, vistos, relatados e discutidos estes autores de appellação civil entre partes - como appellante o Dr. Abilio Vianna e o appellado “Brazilianisch Bank fur Deutschland”, denegar, como denegaram, provimento a mesma para confirmar, como confirmam, a sentença appellada de fls. 73 a fls. 84 por seus fundamentos que adoptam, de acordo a direito e prova dos autos.*<sup>140</sup>

Novamente a Corte usa a técnica processual de julgamento *per relationem*.

Os últimos fascículos (n<sup>os</sup> 4 a 6) começam com doutrina: *Locus regit actum*<sup>141</sup>, de autoria não indicada. Cuida-se de alguma tradução de obra estrangeira. Da conclusão retira-se o seguinte trecho: “o thema cujo desenvolvimento forma o objeto do presente capitulo...”<sup>142</sup>

Seguem-se novas decisões, até o final da *Revista*, que não tem índice neste fascículo.

<sup>135</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 198.

<sup>136</sup> A. G. Pugliese foi advogado e o diretor da revista que publicou o seu texto: *La pena negli ultimi lavori di sociologia penale. Rivista di giureprudenza di Trani*, v. 21, p. 358-363; ao qual não tive acesso (LUCCHINI, L. (Dir.). *Revista penale di dottrina, legislazione e giurisprudenza*, v. 48. Roma: UTET, 1898, p. 107). Contudo, não houve tempo para identificar com precisão o seu nome.

<sup>137</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 210.

<sup>138</sup> Não aparece o *Umlaut* na preposição no original. Pode ser apenas um erro de grafia, na medida em que indubitavelmente era usado em alemão. Mas poderia permitir um estudo sobre os tipos móveis no Brasil, que talvez não pudessem publicar a diérese, o que não passa de conjectura do autor na criação de hipóteses de pesquisas de memória e história, sem qualquer conhecimento acerca do tema que possa excluir a hipótese de plano.

<sup>139</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 228-234.

<sup>140</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 234.

<sup>141</sup> LIMA, J. M. P. (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1898, p. 283-296.

<sup>142</sup> p. 288. A identificação do autor não foi possível no curto tempo em que o artigo foi produzido.

## 2.9. 10 - Índice Geral - 1903

O índice geral foi publicado após a descontinuação da *Revista*, por outra editora que não a que originalmente publicou-a.

O índice é construído da seguinte forma, utilizando a primeira referência da primeira página<sup>143</sup>:

TITULO	V O L U M E	PAGINAS	TITULO	V O L U M E	PAGINAS
Abalroação	8	68	Acção decendial	3	78, 81, 223, 232, 235, 274, 285, 287

O último verbete é o seguinte:

TITULO	V O L U M E	PAGINAS	TITULO	V O L U M E	PAGINAS
Vistas.....	1	153	Viuva.....	5	188
» em cartório	6	368	» da parte	8	169
			» meiera	8	260
			» binuba	2	372,387,85,192
			» »	9	336
			» inventariante	3	37

### 3. Conclusão

A história do direito pelas publicações de livros é terreno pouco explorado. O periodismo jurídico brasileiro, idem.

O conteúdo dos periódicos pode trazer revelações surpreendentes sobre personagens históricas, sobre costumes, sobre regiões, sobre fatos conhecidos que são aclarados ou desconhecidos que são descobertos. Servem como manancial à reconstrução da língua de uma época, da vida privada e da vida pública.

Fartam-se em suas invendáveis páginas historiadores, juristas, filólogos, sociólogos, antropólogos, curiosos etc.

<sup>143</sup> *Índice geral da revista mensal*. São Paulo: Typ. Espindola, Siqueira & Comp., 1903, p. 3.

Entretanto, a falta de catalogação precisa nas bibliotecas acerca do conteúdo dos periódicos dificulta o trabalho do pesquisador, que precisa folhear um a um os exemplares para, quem sabe, localizar algo do seu interesse de pesquisa.

O trabalho é penoso, árduo, porque muitas vezes as condições dos volumes são desanimadoras pela péssima conversação, pela idade, pelo material de que é feito etc.

A coleção objeto desta brevíssima pesquisa é de propriedade de seu autor e o presente texto visa revelar toda a doutrina que este periódico contém, com o fim de permitir sua exploração por outros estudiosos. A indicação parca de decisões se deveu ao espaço de um artigo, mas destinou-se igualmente a dar o gosto aos interessados do que pode ser encontrado em locais pouco explorados como esse dos periódicos.

Espera-se ter alcançado o desejo do autor deste brevíssimo texto, que é revelar esse periódico não apenas quanto a sua existência (quase esquecida), mas principalmente quanto ao seu conteúdo, para que se faça vivo novamente em pesquisas futuras.

## Bibliografia

AZEVEDO, Manoel Ubaldino de. *O centenário do tribunal de justiça de São Paulo: Relato de suas atividades remontando à relação provincial (1873 a 1973)*. São Paulo: Tribunal de Justiça, 1974.

BENTIVOGLIO, Júlio. Palacianos e aulicismo no segundo reinado - A facção áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da Corte de D. Pedro II. *Revista Esboços*, Florianópolis, v. 17, n. 23, p. 187-221, 2010.

BRANDÃO, Wilson. Antônio Coelho Rodrigues (Ensaio de biografia e crítica). In: COELHO RODRIGUES, Antonio. *Projeto do Código Civil brasileiro*. Brasília, DF: Imprensa nacional, 1980. p. 1-33. (Coleção Memória Jurídica Nacional, v. 2).

[BUSCA por “Camargo” e “Hyppolito” em base de dados LexML]. [S. l.]: LexML, [2021]. Disponível em: <https://bit.ly/3CgcxX0>. Acesso em: 12 dez. 2021.

CALÇAS, Manoel de Queiroz Pereira (Coord.). *Tribunal de Justiça de São Paulo - 145 anos: A história da justiça bandeirante*. São Paulo: Imesp, 2019.

COELHO RODRIGUES, Antonio. *Projecto do Codigo Civil precedido da historia documentada do mesmo e dos anteriores*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1897.

COGLIOLO, Pietro. *Saggi sopra l'evoluzione del diritto privato*. Torino: Fratelli Bocca, 1885. p. 74-85; 108-115; 116-119.

CONTRIBUIÇÃO para um catálogo bibliográfico dos antigos alunos da Faculdade de Direito de São Paulo. 1ª parte, compreendendo os bacharéis formados de 1831 a 1864. *Revista da Faculdade de Direito de São Paulo*, v. 30, p. 2, p. 338-375, 1934.

COSTA FILHO, Venceslau Tavares. Antônio Coelho Rodrigues: um súdito fiel? Ruptura e continuidade na transição da monarquia para a república no Brasil. *Revista de Informação Legislativa*, Brasília, DF, v. 51, n. 203, p. 53-61, 2014.

COSTA, Nelson Nery. Prefácio à 3ª edição. In: COELHO RODRIGUES, Antonio. *A república na América do Sul ou um pouco de história e crítica oferecido aos latino-americanos*. 3. ed. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. p. 13-16.

DELGADO, Mário Luiz. *Codificação, descodificação, recodificação do direito civil brasileiro*. São Paulo: Saraiva, 2011.

DICIONÁRIO de Ruas. São Paulo: Arquivo Histórico Municipal de São Paulo, [2021]. Disponível em: <https://dicionarioderuas.prefeitura.sp.gov.br/>. Acesso em: 10 dez. 2021.

FARIA, Julio Cezar de. *Juízes de meu tempo*. São Paulo: Martins, 1942.

FERREIRA, Waldemar Martins. *A congregação da faculdade de direito de São Paulo na centúria de 1827 a 1927*. São Paulo: [s.n.], 1928.

FORMIGA, Armando Soares de Castro. *Periodismo jurídico no Brasil do século XIX: História do direito em jornais e revistas*. Curitiba: Juruá, 2010.

FRANQUEVILLE, Amable Charles. *Le système judiciaire de la Grande Bretagne: Organisation judiciaire*. Paris: J. Rothschild, 1893. v. I, p. 457-488.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro: Typographia Sete de Setembro, 6 maio 1897. Disponível em: <https://bit.ly/3ml4Rgs>. Acesso em: 12 out. 2021.

GAZETA DE PETROPOLIS. Petrópolis: [s.n.], v. 5, n. 98, 29 jun. 1895. Disponível em: <https://bit.ly/3bhTY9c>. Acesso em: 12 out. 2021.

GENTY. *Traité des droits d'usufruit, d'usage et d'habitation d'après le droit romain: Ouvrage dans lequel sont exposés les principes anciens sur la matière tels que les ont révélés les découvertes récentes, ainsi que les modifications qu'ils ont subies dans le Bas-Empire*. Paris: Auguste Durand, 1884. p. 6-9.

INDICE geral da revista mensal. São Paulo: Typographia Espindola, Siqueira & Cia., 1903.

LEITE NETO, Leonardo (Coord.). *Catálogo biográfico dos senadores brasileiros - 1826-1886: Projeto de biografias dos senadores do império e da república*. Brasília, DF: Senado Federal, 1986. v. 1.

LIMA, José Machado Pinheiro (Coord.). *Revista mensal das decisões proferidas pelo Tribunal de Justiça de São Paulo*, v. 1-9. São Paulo: Typ. da Papelaria Guarany de Maciel e Cia., 1895-1898.

LIMA, José Machado Pinheiro. *S. Paulo Judiciario, Revista do Tribunal de Justiça - Doutrina e jurisprudencia*, v. 1. São Paulo: Diario Oficial, 1903.

LUCCHINI, Luigi (Dir.). *Revista penale di dottrina, legislazione e giurisprudenza*, v. 48. Roma: UTET, 1898.

MARREY, Adriano. *Notas para a memória da faculdade de direito do largo de São Francisco, do tribunal de justiça de São Paulo e da política neste estado*. São Paulo: Dag Gráfica e Editorial, 1993.

MISCELLANEA. *Rassegna Pugliese di scienze, lettere ed arti*, v. IV, n. 11, p. 162, 15 giugno 1887.

MUTEAU, Charles. *Études de droit pénal: De la Prescription de l'action publique et de l'action civile en matière pénale, examen critique de la loi, de la doctrine et de la jurisprudence*. Paris: Chevalier-Marescq et Cie., 1895.

NALINI, José Renato de Freitas (Org.). *Galeria dos presidentes: Memória histórica da justiça bandeirante através de seus presidentes - Tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: Imprensa Oficial, 2015.

O ARCHIVO ILLUSTRADO. São Paulo: Typographia e Papelaria de Vanorden & Cia., v. 5, n. 40, 1903. Disponível em: <https://bit.ly/3GrhTRP>. Acesso em: 10 out. 2021.

OLIVEIRA, João Gualberto de. *100 anos do tribunal de justiça do estado de São Paulo*. São Paulo: [s.n.], 1975.

PINA, Paulo Simões de Almeida. *Uma história de Saltimbacos: Os irmãos Teixeira, o comércio e a edição de livros em São Paulo; entre 1876 e 1929*. 2015. Dissertação não publicada (Mestrado em História) - Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <https://bit.ly/3jJ5j6N>. Acesso em: 10 out. 2021.

PORTELLA JÚNIOR, Manoel do Nascimento Machado. Memoria historica relativa ao anno de 1891 apresentada á Congregação da Faculdade de Direito do Recife em 1 de abril de 1892. *Revista Academica da Faculdade de Direito do Recife*, Recife, v. 2, p. 55-64, 1892.

PORTO, Antônio Rodrigues. *História da cidade de São Paulo através de suas ruas*. São Paulo: Carthago Editorial, 1996.

RAMOS, Henrique César Monteiro Barahona. O periodismo jurídico brasileiro do século XIX. *Passagens - Revista internacional de história política e cultura jurídica*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 54-97, jan. 2010.

SCHNEIDER, Marília. *Justiça e política na primeira república: história do tribunal de justiça de São Paulo*. São Paulo: Singular, 2007.

TORRES, Flávio. Discurso proferido pelo Desembargador Flavio Torres. In: *Centenário do tribunal de justiça do Estado de São Paulo - 1874-1974*. São Paulo: Imprensa Oficial, 1974. p. 31-99.

TORRES, Flávio. *Tribunal de justiça do São Paulo: Páginas de sua história centenária*. São Paulo: RT, 1979.

TRIBUNAL de Justiça do Estado de São Paulo e seus desembargadores. São Paulo: Serviço de Publicações e Divulgação da Coordenadoria de Difusão das Informações Judiciárias, [2021]. Livro digital. Disponível em: <https://bit.ly/3bfzX2V>. Acesso em: 10 out. 2021.